

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.164.944 - SP (2017/0222137-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ADDRESS S.A
ADVOGADOS : HENRIQUE SHIRASSU BARBIERI - SP345003
JULIANA MOREIRA GUEDES - SP186676
AGRAVADO : BANCO CITIBANK S A
ADVOGADOS : RACHEL FERREIRA A T VAN DEN BERCH VAN
HEEMSTEDE - SP066355
PAULO RODOLFO FREITAS DE MARIA - SP235642

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ADDRESS S.A em face da decisão acostada às fls. 11034-11035 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 10981-10985 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENCAMINHAMENTO DE TÍTULOS DE CRÉDITO PARA PROTESTO Contrato estabelece a obrigação da Requerida de repassar ao Autor os valores dos pagamentos efetuados pelos devedores e de realizar o pagamento das custas cartorárias Incontroversa a inadimplência SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, para condenar ao pagamento do valor de R\$ 1.945.772,51 Não comprovado que o Autor efetuou o pagamento antecipado do valor das custas cartorárias à Requerida RECURSO DA REQUERIDA PARCIALMENTE PROVIDO, PARA CONDENAR AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 1.626.515,60

Opostos embargos de declaração (fls. 10987-10989 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 10992-10994 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 10996-11014 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigos 489, §1º, incs. II, III e IV, e 1.022, incs. I e II, do CPC/15, porquanto não sanadas omissão e contradição apontadas nos aclaratórios; (ii) artigo 373, inc. II, do CPC/15 sustentando a ocorrência de cerceamento de defesa.

Contrarrazões às fls. 11017-11033 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de vícios na decisão recorrida, bem como que a mesma se encontra em consonância com a jurisprudência desse STJ.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 11037-11056 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 11058-11076 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal deve prosperar em parte.

1. A insurgente sustenta a violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15, aduzindo que o acórdão impugnado restou: (i) contraditório, por considerar ausente cerceamento de defesa, mas desnecessária a produção da prova contábil; e, (ii) omisso, por ter deixado de apreciar a tese acerca da Lei n. 7.102/1983 que atribui à instituição financeira responsabilidade objetiva pelo transporte de valores.

1.1. Afasta-se, inicialmente, a alegação de contradição.

Não se verifica ofensa aos artigos 489 e 1022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1024735/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018; **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1224697/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Em relação à tese de cerceamento de defesa, a Corte de origem entendeu que a prova pretendida pela insurgente era desnecessária.

A insurgente sustenta a existência de contradição, por ter sido mantido o indeferimento, mas, em outro ponto, afirmou que não se desobrigou do ônus probatório que lhe competia.

Todavia, extra-se o seguinte da decisão recorrida: (fl. 10983-10984 e-STJ):

Ausente o cerceamento de defesa, porque a natureza das questões postas possibilita o julgamento antecipado do feito, sendo desnecessária a produção da prova pericial contábil.

Passo a apreciar o mérito recursal.

[...]

Em contrapartida, a Requerida sustenta, na contestação de fls.69/92, que realizava o transporte de valores em dinheiro e de que os valores devidos ao Autor foram objeto de “furto ou roubo”, mas não comprovou a assertiva, ônus que lhe incumbia, notando-se que a cláusula 2.3 do “contrato de prestação de serviços” (fls.24) estabelece que, na hipótese de “retirada de qualquer valor em espécie dos cartórios”, incumbe à Requerida “converter tais valores em cheques nominais ao Banco portador dos títulos e providenciar a entrega dos mesmos à Contratante” e que os boletins de ocorrência de fls.816/836 não consignam a subtração de cheques nominais ao Autor ou de valores a ele pertencentes. [grifou-se]

Ora, a prova pretendida (perícia contábil) jamais poderia modificar a não comprovação do furto ou roubo. Assim, não há que se falar em contradição, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos**

EDcl no REsp 1641575/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

1.2. No que se refere à tese de omissão, todavia, assiste razão à insurgente.

Este Superior Tribunal de Justiça reconhece a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional quando a corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração, omite-se a respeito de ponto essencial ao deslinde da controvérsia.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DUPLICATA EMITIDA SEM AS FORMALIDADES LEGAIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO COLEGIADO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, MANTENDO HÍGIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

[...]

Violação ao artigo 535 do CPC configurada. Acórdão do Tribunal de origem que deixou de se manifestar sobre pontos imprescindíveis ao adequado desenredo da contenda.

[...]

(EDcl no AgRg no REsp 1021214/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015)

Confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes: **REsp 1438639/SC**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 29/04/2014; **AgRg no REsp 1221403/RS**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 23/08/2016; **AgInt no REsp 1599987/AP**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 07/10/2016; **AgInt no REsp 1564400/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 26/08/2016; **EDcl no REsp 1227601/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 13/09/2016.

No caso, a insurgente apontou, em seu apelo (fls. 10942 e seguintes e-STJ), a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito buscado pelo recorrido, sustentando, com base na Lei n. 7.102/83, que a instituição bancária deveria providenciar empresa especializada para transportes de valores acima de determinada quantia, o que não teria sido feito, bem como que o mesmo não poderia ser realizado por motocicleta.

Afirma não ser empresa especializada em transporte de valores, mas sim de documentos e materiais, de modo que não poderia ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes do transporte de valores que, segundo afirma, por imposição da recorrida, eram realizados irregularmente.

De fato, não foi apreciada tal tese, em que pese apontada a omissão nos

aclaratórios (fl. 10989 e-STJ).

A manifestação acerca desta, ainda que para dela não conhecer ou para rechaçá-la, de forma fundamentada, é necessária para a correta prestação jurisdicional - inclusive para possibilitar eventual acesso às instâncias superiores, se for o caso.

Imperioso, portanto, o reconhecimento da existência de violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/75.

2. Ante o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional e a necessidade de retorno dos autos à Corte local para correção do vício inferido - omissão - fica prejudicada a análise das demais questões veiculadas no recurso especial.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, conhece-se do agravo e, de plano, dá-se parcial provimento ao recurso especial, para cassar o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, determinando que outro seja proferido, sanando-se a omissão apontada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator